

IN 68/2020

ANEXO VII

Remessa Concessão de Benefícios

1 DEFINIÇÕES

1.1 Obrigatoriedade

Subordinam-se a este Anexo os regimes próprios de previdência social (RPPS) mencionados no artigo 3º, inciso I, da Instrução Normativa 68/2020.

A UG criada durante o exercício deverá enviar a remessa de que trata este Anexo a partir do mês de início de suas atividades.

1.2 Envio e Homologação

Os arquivos das remessas previstas neste Anexo serão enviados mensalmente ao TCEES pelo **Gestor da UG**, exclusivamente por meio do CidadES, no prazo estabelecido nesta Instrução Normativa.

O **Gestor da UG**, por meio de cadastro próprio no CidadES, delegará a competência para o envio das remessas a outros agentes públicos, aqui denominados **Gestor da Remessa Concessão de Benefícios** e **Responsável pelo Envio da Remessa Concessão de Benefícios**. Sendo opcional a delegação do **Responsável pelo Envio da Remessa Concessão de Benefícios**. As delegações realizadas não isentam o delegante da responsabilidade pela composição, homologação ou omissão das remessas.

Uma vez enviados, os dados que compõem a remessa serão consistidos para verificar sua conformidade com as regras definidas neste Anexo. Neste momento as remessas assumirão duas possíveis situações: **Processada com impedimento** (quando inconsistências nos dados invalidam a aceitação da remessa, hipótese em que a remessa deve obrigatoriamente ser reenviada com as correções) ou **Processada livre de impedimento** (quando não há qualquer inconsistência impeditiva, porém podem ocorrer inconsistências indicativas, que não invalidam a remessa mas alertam para possíveis correções nos dados).

Para as remessas na situação **Processada Livre de Impedimento**, o CidadES poderá realizar análise automática dos dados e solicitar a justificativa das situações que ferem critérios pré-definidos de controle. Realizadas as justificativas, a remessa deverá ser homologada, mediante assinatura digital, pelo **Gestor da UG** e pelo **Gestor da Remessa Concessão de Benefícios**. Esta ação passa a remessa para a situação

Homologada, quando se dá o cumprimento do prazo da remessa. A remessa assume a situação **Homologada parcialmente** quando apenas um dos responsáveis realiza a homologação.

Até a homologação a remessa poderá ser livremente substituída pela UG. Neste caso, a remessa substituída assume a situação **Cancelada**.

O envio da remessa Concessão de Benefícios somente será possível após a homologação da remessa referente ao mês anterior.

A data de expedição do ato ou a data do trânsito em julgado, no caso de concessão decorrente de decisão judicial, define seu prazo de encaminhamento ao TCEES. Atos concessórios de benefício expedidos ou com trânsito em julgado do primeiro ao último dia do mês devem ser encaminhados até a remessa do terceiro mês subsequente ao mês referente à data de expedição ou do trânsito em julgado. Como exemplo, um ato concessório expedido no mês de julho deverá ser encaminhado ao TCEES até a remessa referente ao mês de outubro, que tem como prazo limite de homologação o dia 20 do mês de novembro. A remessa Concessão de Benefícios pode ser enviada vazia, por meio de funcionalidade própria do CidadES, caso no mês não existam atos concessórios que, pelo decurso do prazo, estejam com obrigatoriedade de envio.

1.3 Retificação

Após a homologação a remessa não poderá ser substituída.

2 COMPOSIÇÃO DAS REMESSAS

Nome	Dados contidos no arquivo
AposentadoriaReformaReserva.xml	Dados das aposentadorias, reformas ou reservas concedidas aos agentes públicos pelos RPPS estadual e municipais.

3 ESTRUTURA E MODELO DOS ARQUIVOS

As remessas serão compostas por arquivos estruturados no formato XML. A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml e a codificação dos caracteres em UTF-8. Assim todos os documentos XML serão iniciados com a declaração: `<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`.

O tamanho total dos arquivos enviados, compactados em um único arquivo, não poderá ultrapassar o tamanho máximo de 150 MB.

Este documento utiliza os seguintes tipos de dados:

- a) **Decimal:** Não deverá ser utilizado caracter para separação de milhar. Deverá ser utilizado o ponto para separação de inteiros e decimais. Não poderá conter caracteres especiais. Os valores deverão ser maiores ou iguais a zero. Caso contrário será expressamente informado a sua permissão.

Sintaxe: 999999999999.99 (neste caso, decimal (14,2))

Exemplo: Valor decimal: 1.453,25. Tamanho indicado no layout do arquivo: (14,2) (tamanho de 14 inteiros e 02 decimais). Valor a ser enviado: 1453.25

- b) **Inteiro:** Não deverá ser utilizado caracter para separação de milhar. Não poderá conter caracteres especiais.

Sintaxe: 99999 (neste caso, inteiro de tamanho 5)

Exemplo: Valor: 1.453. Valor a ser enviado: 1453

- c) **Caracter:** Campos do tipo caracter não deverão exceder ao tamanho máximo especificado.

Sintaxe: XXXXXXXX (neste caso, caracter de tamanho 8)

- d) **Data:** Datas deverão ser preenchidas no formato AAAA-MM-DD.

Exemplo: 2018-07-03

3.1 AposentadoriaReformaReserva.xml

Estrutura:

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>

<ConcessaoBeneficios>

<AposentadoriaReformaReserva_Schema>

<AposentadoriaReformaReserva>

<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>

<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>

<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>

<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>

<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>

<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>

<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>

<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>

<NomeBeneficiario>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeBeneficiario>

<DataNascimentoBeneficiario>AAAA-MM-DD</DataNascimentoBeneficiario>

<SexoBeneficiario>X</SexoBeneficiario>

<FormaObtencaoBeneficio>99</FormaObtencaoBeneficio>

<CodigoRegraConcessao>9999999</CodigoRegraConcessao>

<FundamentacaoLegalRequisitos>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</FundamentacaoLegalRequisitos>

<FundamentacaoLegalProventos>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</FundamentacaoLegalProventos>

<TipoAtoBeneficio>9</TipoAtoBeneficio>

<NumeroAtoBeneficio>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NumeroAtoBeneficio>

<AnoAtoBeneficio>9999</AnoAtoBeneficio>

<DataExpedicaoAto>AAAA-MM-DD</DataExpedicaoAto>

<DataPublicacaoAto>AAAA-MM-DD</DataPublicacaoAto>

<CPFResponsavelConcessaoBeneficio>XXXXXXXXXXXX</CPFResponsavelConcessaoBeneficio>

<NomeResponsavelConcessaoBeneficio>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeResponsavelConcessaoBeneficio>

<NomeCargoResponsavelConcessaoBeneficio>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeCargoResponsavelConcessaoBeneficio>

<DataIngressoServicoPublico>AAAA-MM-DD</DataIngressoServicoPublico>

<TempoServicoPublico>999999</TempoServicoPublico>

<TempoServicoCargo>999999</TempoServicoCargo>

<TempoServicoCarreira>999999</TempoServicoCarreira>

<TempoContribuicao>999999</TempoContribuicao>

<TempoAposentadoriaEspecial>999999</TempoAposentadoriaEspecial>

<CIDInvalidez>XXXXX</CIDInvalidez>

<DataExpedicaoLaudolInvalidez>AAAA-MM-DD</DataExpedicaoLaudolInvalidez>

<FormaCalculoProventos>9</FormaCalculoProventos>

<ValorUltimaRemuneracao>9.99</ValorUltimaRemuneracao>

<ValorMedia>9.99</ValorMedia>

<ValorBaseProventos>9.99</ValorBaseProventos>

<FormaLimitacaoProventos>9</FormaLimitacaoProventos>
<PercentualLimitacaoProventos>999</PercentualLimitacaoProventos>
<ValorCalculadoProventos>9.99</ValorCalculadoProventos>
<ValorPisoSalarialEnte>9.99</ValorPisoSalarialEnte>
<ValorFixadoProventos>9.99</ValorFixadoProventos>
<FormaReajusteProventos>9</FormaReajusteProventos>
<ProcedimentoDisciplinar>X</ProcedimentoDisciplinar>
<NumeroDecisaoTCEESRegistroAdmissao>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NumeroDecisaoTCEESRegistroAdmissao>
<AnoDecisaoTCEESRegistroAdmissao>9999</AnoDecisaoTCEESRegistroAdmissao>
<ParecerControleInterno>9</ParecerControleInterno>
<CPFResponsavelControleInterno>XXXXXXXXXXXX</CPFResponsavelControleInterno>
<NomeResponsavelControleInterno>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeResponsavelControleInterno>
</AposentadoriaReformaReserva>

<ArquivoConcessao>
<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>
<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>
<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>
<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>
<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>
<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>
<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>
<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>
<TipoArquivo>9</TipoArquivo>
<NomeArquivo>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeArquivo>
</ArquivoConcessao>

<TempoContribuicao>
<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>
<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>
<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>
<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>
<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>
<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>
<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>
<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>
<CNPJInstitutoPrevidencia>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</CNPJInstitutoPrevidencia>
<NomeInstitutoPrevidencia>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomeInstitutoPrevidencia>
<TempoContribuicaoDias>999999</TempoContribuicaoDias>

<DataEmissaoCertidao>AAAA-MM-DD</DataEmissaoCertidao>
<CompensacaoFinanceiraPrevidenciaria>9</CompensacaoFinanceiraPrevidenciaria>
</TempoContribuicao>

<DecisaoJudicial>

<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>
<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>
<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>
<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>
<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>
<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>
<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>
<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>
<NumeroDecisaoJudicial>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NumeroDecisaoJudicial>
<AnoDecisaoJudicial>9999</AnoDecisaoJudicial>
<OrgaoEmissor>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</OrgaoEmissor>
<DataEmissao>AAAA-MM-DD</DataEmissao>
<DataTransitoEmJulgado>AAAA-MM-DD</DataTransitoEmJulgado>
<ResumoDecisaoJudicial>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</ResumoDecisaoJudicial>

</DecisaoJudicial>

<VantagemIncorporavel>

<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>
<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>
<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>
<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>
<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>
<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>
<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>
<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>
<CodigoVantagem>XXXXXX</CodigoVantagem>
<DataInicioVantagem>AAAA-MM-DD</DataInicioVantagem>
<FundamentacaoLegal>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</FundamentacaoLegal>
<MesReferenciaPagamento>99</MesReferenciaPagamento>
<AnoReferenciaPagamento>9999</AnoReferenciaPagamento>
<ValorVantagem>9.99</ValorVantagem>

</VantagemIncorporavel>

<JuntaMedicalInvalidez>

```

<IdNumRegistro>999999</IdNumRegistro>
<UnidadeGestoraRPPS>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraRPPS>
<CodigoCargoRPPS>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoRPPS>
<DataConcessaoBeneficio>AAAA-MM-DD</DataConcessaoBeneficio>
<UnidadeGestoraOrigem>XXXXXXXXXXXX</UnidadeGestoraOrigem>
<CodigoCargoUGOrigem>XXXXXXXXXXXXXXXX</CodigoCargoUGOrigem>
<DataInicioCargo>AAAA-MM-DD</DataInicioCargo>
<CPFBeneficiario>XXXXXXXXXXXX</CPFBeneficiario>
<CPFPeritoInvalidez>XXXXXXXXXXXX</CPFPeritoInvalidez>
<CRMPeritoInvalidez>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</CRMPeritoInvalidez>
<NomePeritoInvalidez>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</NomePeritoInvalidez>
</JuntaMedicalInvalidez>
</AposentadoriaReformaReserva_Schema>
</ConcessaoBeneficios>

```

Estrutura AposentadoriaReformaReserva				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade
IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório
UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo. O código informado deve ser equivalente ao código cadastrado no módulo Estrutura de Pessoal pela UG Responsável pela Estrutura de Pessoal da UnidadeGestoraRPPS, nos termos do Anexo V da IN 68/2020.	Caracter	16	Obrigatório
DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício. Para fins de direito, considerar-se-á como data da concessão efetiva dos benefícios: I - Aposentadoria:	Data	10	Obrigatório

	<p>a) se compulsória, a data em que o servidor completar setenta e cinco anos de idade, salvo disposição legal específica;</p> <p>b) se por decisão judicial, a data fixada em decisão judicial transitada em julgado;</p> <p>c) se por invalidez ou incapacidade permanente, a data da inspeção médica, ou a data da concessão explicitada no laudo médico ou outra data definida em legislação específica (exemplo: lei municipal dispõe que o lapso compreendido entre a licença e a data da publicação da concessão do benefício será considerado prorrogação de licença);</p> <p>d) se voluntária, a data do afastamento preliminar, ou em data especificada pelo requerente, ou a data em que se deu publicidade ao ato, caso o servidor aguarde em exercício, ou outra definida em legislação específica.</p> <p>II – Reserva</p> <p>a) se compulsória, conforme legislação específica;</p> <p>b) se por decisão judicial, a data fixada em decisão judicial transitada em julgado;</p> <p>c) se voluntária, conforme legislação específica.</p> <p>III - Reforma:</p> <p>a) se compulsória, no dia referente àquele em que o militar atingir a idade limite de permanência na reserva;</p> <p>e) se por decisão judicial, a data fixada em decisão judicial transitada em julgado.</p> <p>b) se por incapacidade física, a data da inspeção médica, ou a data da concessão</p>			
--	--	--	--	--

	explicitada no laudo médico ou outra data definida em legislação específica; d) se por incapacidade moral ou profissional, a data da ata de exclusão.			
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo. O código informado deve ser equivalente ao código cadastrado no módulo Estrutura de Pessoal pela UG Responsável pela Estrutura de Pessoal da UnidadeGestoraOrigem, nos termos do Anexo V da IN 68/2020.	Caracter	16	Obrigatório
DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
NomeBeneficiario	Nome completo do beneficiário como cadastrado na Receita Federal. Se houver divergências o cadastro deve ser corrigido na base da Receita Federal antes de prosseguir com a remessa.	Caracter	200	Obrigatório
DataNascimentoBeneficiario	Data de nascimento do beneficiário como cadastrado na Receita Federal. Se houver divergências o cadastro deve ser corrigido na base da Receita Federal antes de prosseguir com a remessa.	Data	10	Obrigatório
SexoBeneficiario	Sexo do beneficiário como cadastrado na Receita Federal. Se houver divergências o cadastro deve ser corrigido na base da Receita Federal antes de prosseguir com a remessa.	Caracter	1	Obrigatório, M - Masculino F - Feminino

FormaObtencaoBeneficio	Forma de obtenção do benefício.	Inteiro	2	Obrigatório, 1 - Aposentadoria compulsória 2 - Aposentadoria por decisão judicial 3 - Aposentadoria por incapacidade permanente 4 - Aposentadoria por invalidez 5 - Aposentadoria voluntária 6 - Aposentadoria voluntária especial - exposição a agentes nocivos 7 - Aposentadoria voluntária especial - pessoa com deficiência 8 - Aposentadoria voluntária especial - policial, agente penitenciário ou agente socioeducativo 9 - Aposentadoria voluntária especial - professor 10 - Reserva compulsória 11 - Reserva por decisão judicial 12 - Reserva voluntária 13 - Reforma compulsória 14 - Reforma por decisão judicial 15 - Reforma por incapacidade permanente
CodigoRegraConcessao	Código da regra utilizada para a concessão do benefício dentre os valores existentes na tabela TipoRegraConcessaoBeneficio.	Caracter	7	Obrigatório, valores dentre os existentes na tabela TipoRegraConcessaoBeneficio
FundamentacaoLegalRequisitos	Fundamentação legal para concessão do benefício. Deve citar a lei específica compatível com a fundamentação legal dos requisitos mínimos para concessão do benefício descrito na tabela TipoRegraConcessaoBeneficio para o CodigoRegraConcessao.	Caracter	200	Obrigatório

	<p>Regras para a redação:</p> <p>a) As citações devem ser feitas na sequência: artigo → , → parágrafo → , → inciso → , → alínea → , da → lei;</p> <p>b) Deve-se utilizar a vírgula para separação termos e as palavras “inciso” e “alínea” podem ser suprimidas;</p> <p>c) Artigos devem ser representados pela abreviatura “art.” ou “arts.”, seguido de seus números respectivos;</p> <p>d) Para os artigos e parágrafos do 1º ao 9º adota-se a numeração ordinal, seguida da numeração cardinal para os números subsequentes;</p> <p>e) Parágrafos devem utilizar o símbolo “§” para o singular e “§§” para o plural, seguido de seus números, respectivos;</p> <p>f) Alíneas podem ficar entre aspas ou com letra minúscula, seguida de parenteses;</p> <p>g) No caso de combinação de artigos, deve-se utilizar a expressão “combinado com” em sua forma abreviada c/c</p> <p>h) Legislações federais devem ser consignadas por número e ano, sem mencionar o ente federativo (ex: CF/1988; EC 103/2019). Legislações estaduais e municipais devem fazer menção à origem (ex: Lei Complementar Estadual: LCE 420/2007; Lei Complementar Municipal: LCM 8/2021). O termo ‘nº’ não deve ser utilizado antes do número.</p> <p>Exemplo: Art. 40, §1º, II, da CF/1988, redação da EC 103/2019, c/c art.10, §1º, III, da EC 103/2019</p>			
FundamentacaoLegalProventos	Fundamentação legal para fixação dos proventos.	Caracter	200	Obrigatório

	<p>Deve citar a lei específica compatível com a fundamentação legal para fixação dos proventos descrito na tabela TipoRegraConcessaoBeneficio para o CodigoRegraConcessao.</p> <p>Deve adotar a mesma regra de redação descrita para o campo FundamentacaoLegalRequisitos.</p>			
TipoAtoBeneficio	Tipo do ato concessório que deu origem ao benefício.	Inteiro	1	Obrigatório, 1 - Decreto 2 - Portaria 3 - Outro
NumeroAtoBeneficio	Número do ato concessório que deu origem ao benefício.	Caracter	20	Obrigatório
AnoAtoBeneficio	Ano em que foi expedido o ato concessório que deu origem ao benefício.	Inteiro	4	Obrigatório, AAAA
DataExpedicaoAto	Data em que foi expedido o ato concessório que deu origem ao benefício.	Data	10	Obrigatório
DataPublicacaoAto	Data em que foi dada publicidade ao ato concessório que deu origem ao benefício.	Data	10	Obrigatório, caso legislação específica <u>não</u> determine que a publicação ocorrerá após o registro pelo TCEES.
CPFResponsavelConcessaoBeneficio	CPF da autoridade administrativa responsável pela expedição de ato concessório.	Caracter	11	Obrigatório
NomeResponsavelConcessaoBeneficio	Nome da autoridade administrativa responsável pela expedição de ato concessório.	Caracter	200	Obrigatório
NomeCargoResponsavelConcessaoBeneficio	Nome do cargo da autoridade administrativa responsável pela expedição de ato concessório.	Caracter	200	Obrigatório
DataIngressoServicoPublico	Data de ingresso no serviço público mais remota depois da qual não tenha ocorrido interrupção entre a vacância e a nova admissão, ou seja, deve ser informada a data de efetivo exercício mais antiga no serviço público sem interrupção.	Data	10	Obrigatório

DataIngressoPrevidenciaComplementar	Data de ingresso na Previdência Complementar	Data	10	Obrigatório, caso servidor tenha optado pela previdência complementar
TempoServicoPublico	Tempo em dias de efetivo exercício no serviço público, calculado até a véspera da DataConcessaoBenefício. No cálculo deste valor devem ser considerados os dias de afastamentos ou faltas dedutíveis, nos termos da lei.	Inteiro	6	Obrigatório, caso FormaObtencaoBeneficio diferente de 13 - Reforma compulsória
TempoServicoCargo	Tempo em dias de serviço no cargo que deu origem à concessão do benefício, calculado até a véspera da DataConcessaoBenefício. No cálculo deste valor devem ser considerados os dias de afastamentos ou faltas dedutíveis, nos termos da lei.	Inteiro	6	Obrigatório, caso FormaObtencaoBeneficio diferente de 13 - Reforma compulsória
TempoServicoCarreira	Tempo em dias de serviço na carreira que deu origem à concessão do benefício, calculado até a véspera da DataConcessaoBenefício. No cálculo deste valor devem ser considerados os dias de afastamentos ou faltas dedutíveis, nos termos da lei.	Inteiro	6	Obrigatório, caso FormaObtencaoBeneficio diferente de 13 - Reforma compulsória
TempoContribuicao	Tempo em dias de contribuição para a previdência, calculado até a véspera da DataConcessaoBenefício. No cálculo deste valor devem ser totalizados os tempos em todos os institutos onde ocorreram contribuição, descontados os tempos concomitantes.	Inteiro	6	Obrigatório, caso FormaObtencaoBeneficio diferente de 13 - Reforma compulsória
TempoAposentadoriaEspecial	Tempo em dias para aposentadoria especial, calculado até a véspera da DataConcessaoBenefício.	Inteiro	6	Obrigatório, se FormaObtencaoBeneficio igual a 6, 7, 8 ou 9

	<p>Se FormaObtencaoBeneficio igual a 6 (Aposentadoria voluntária especial - exposição a agentes nocivos) deve informar o tempo de contribuição durante o qual exerceu atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.</p> <p>Se FormaObtencaoBeneficio igual a 7 (Aposentadoria voluntária especial - pessoa com deficiência) deve informar o tempo de contribuição durante o qual o servidor exerceu suas atividades acometido de deficiência.</p> <p>Se FormaObtencaoBeneficio igual a 8 (policial, agente penitenciário ou agente socioeducativo) deve informar o tempo de contribuição na carreira policial, de agente penitenciário ou agente socioeducativo</p> <p>Se FormaObtencaoBeneficio igual a 9 (Aposentadoria voluntária especial - professor) deve informar o tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.</p> <p>No cálculo deste valor devem ser considerados os dias de afastamentos ou faltas dedutíveis, nos termos da lei.</p>			
CIDInvalidez	CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) que deu origem ao benefício.	Caracter	5	Obrigatório, se FormaObtencaoBeneficio = 3, 4 ou 15

DataExpedicaoLaudo	Data de expedição do laudo emitido pela junta médica ou médico perito atestando a invalidez ou deficiência.	Data	10	Obrigatório, se FormaObtencaoBeneficio = 3, 4, 7 ou 15
FormaCalculoProventos	<p>Forma considerada para o cálculo dos proventos que o servidor tem direito na véspera da DataConcessaoBeneficio.</p> <p>Se 1 - Última remuneração: Deve ser considerada como remuneração para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria o valor constituído pelo subsídio ou pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.</p> <p>Se 2 - Média 80%: Deve ser considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.</p> <p>Se 3 - Média 100%: Deve ser utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.</p>	Inteiro	1	<p>Obrigatório,</p> <p>1 - Última remuneração</p> <p>2 - Média - 80%</p> <p>3 - Média - 100%</p> <p>4 - Média - 60%</p> <p>5 - Média - 60% + 2% ao ano se mais de 20 anos de contribuição</p> <p>6 - Remuneração do posto ou graduação</p> <p>7 - Remuneração do posto, graduação ou referência superior</p>

	<p>Se 4 - Média 60%: O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética calculada considerando 100% do período contributivo.</p> <p>Se 5 - Media - 60% + 2% ao ano se mais de 20 anos de contribuição: O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética calculada considerando 100% do período contributivo, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.</p> <p>Se 6 - Remuneração do posto ou graduação Deve ser considerada como remuneração o valor constituído pelo subsídio ou pelo vencimento e pelas vantagens do posto ou graduação ocupado na ativa.</p> <p>Se 7 - Remuneração do posto, graduação ou referência superior Deve ser considerada como remuneração o valor constituído pelo subsídio ou pelo vencimento e pelas vantagens do posto, graduação ou referência superior, no qual ocorreu a concessão do benefício.</p>			
ValorUltimaRemuneracao	<p>Último valor pago ao beneficiário na ativa referente a 30 dias das vantagens incorporáveis.</p> <p>Valor total das vantagens incorporáveis pagas ao beneficiário no mês anterior ao</p>	Decimal	14,2	Obrigatório

	<p>mês referente à DataConcessaoBenefício quando esta não coincidir com o último dia do mês.</p> <p>Caso a DataConcessaoBenefício coincida com o último dia do mês devem ser consideradas as vantagens incorporáveis pagas no mês da DataConcessaoBenefício.</p> <p>No cálculo deste valor devem ser totalizadas todas as vantagens informadas na estrutura VantagemIncorporavel.</p> <p>O valor informado deve estar em conformidade com os valores informados na Remessa Folha de Pagamento da UnidadeGestoraOrigem, encaminhada nos termos do Anexo V da IN 68/2020.</p>			
ValorMedia	Valor calculado para a média, apurado considerando a FormaCalculoProventos utilizada para a concessão do benefício.	Decimal	14,2	Obrigatório, se FormaCalculoProventos igual a 2, 3, 4 ou 5
ValorBaseProventos	<p>Valor base para fixação dos proventos.</p> <p>FC = FormaCalculoProventos UR = ValorUltimaRemuneracao VM = ValorMedia VB = ValorBaseProventos</p> <p>Se (FC = 1 ou FC = 6) VB = UR Senão Se FC = 7 VB = remuneração posto/ graduação/ referência superior Senão Se VM < UR</p>	Decimal	14,2	Obrigatório

	<p>VB = VM Senão VB = UR</p>			
FormaLimitacaoProventos	Forma considerada para limitação dos proventos.	Inteiro	1	Obrigatório, 1 - Integral 2 - Proporcional 3 - Integral, limitado ao teto do RGPS 4 - Proporcional, limitado ao teto do RGPS
PercentualLimitacaoProventos	<p>Percentual utilizado para limitação dos proventos.</p> <p>O percentual é calculado considerando a fração cujo numerador corresponda ao tempo total de contribuição do servidor e o denominador ao tempo total de contribuição necessário para a obtenção do benefício de forma voluntária com proventos integrais.</p> <p>Caso FormaLimitacaoProventos seja com proventos integrais, limitados ou não ao teto do RGPS, deve ser informado o valor 100, equivalente a 100%.</p>	Inteiro	3	Obrigatório
ValorCalculadoProventos	<p>Valor calculado para os proventos.</p> <p>O cálculo deste valor deve ser realizado com base na expressão: $\text{ValorCalculadoProventos} = \frac{\text{ValorBaseProventos} * \text{PercentualLimitacaoProventos}}{100}$ </p>	Decimal	14,2	Obrigatório
ValorPisoSalarialEnte	<p>Valor do piso salarial adotado pelo ente.</p> <p>Caso o ente não possua piso específico, deve ser informado o valor do salário mínimo do INSS.</p>	Decimal	14,2	Obrigatório
ValorFixadoProventos	Valor mensal fixado para os proventos.	Decimal	14,2	Obrigatório

	<p>O cálculo deste valor deve ser realizado com base nas condições:</p> <p>VC = ValorCalculadoProventos VF = ValorFixadoProventos VP = ValorPisoSalarialEnte FL = FormaLimitacaoProventos</p> <p>Se $VC < VP$ VF = VP Senão VF = VC</p> <p>Se (FL = 3 ou FL = 4) Se (VF > Teto do INSS) VF = valor do teto do INSS</p>			
FormaReajusteProventos	Forma de reajuste definida para os proventos.	Inteiro	1	Obrigatório, 1 - Paridade 2 - Reajuste anual
ProcedimentoDisciplinar	Servidor responde a procedimento administrativo disciplinar?	Caracter	1	Obrigatório, S - Sim N - Não
NumeroDecisaoTCEESRegistro	Número da decisão do TCEES de registro do ato de admissão. Ou, caso FormaObtencaoBeneficio igual a 13 (Reforma compulsória) o número da decisão do TCEES de registro da reserva remunerada.	Caracter	20	Obrigatório
AnoDecisaoTCEESRegistro	Ano da decisão do TCEES de registro do ato de admissão. Ou, caso FormaObtencaoBeneficio igual a 13 (Reforma compulsória) o ano da decisão do TCEES de registro da reserva remunerada.	Inteiro	4	Obrigatório, AAAA
ParecerControleInterno	Parecer do controle interno, no qual deve observar, no mínimo: requisitos constitucionais e legais do fundamento	Inteiro	1	Obrigatório, 1 - Favorável à concessão 2 - Desfavorável à concessão

	legal concessório, averbação de tempo de serviço/contribuição, acumulação lícita de proventos e/ou remuneração de cargos ou empregos públicos, requisitos legais para o deferimento das vantagens de caráter pessoal, estrutura remuneratória do cargo em que se deu a aposentadoria, reforma ou reserva, teto remuneratório constitucional, estrito cumprimento das decisões judiciais (se houver), ou seja, se não extrapolou o que foi determinado pelo Poder Judiciário.			
CPFResponsavelControleInterno	CPF do responsável pelo controle interno na data de expedição de ato concessório.	Caracter	11	Obrigatório
NomeResponsavelControleInterno	Nome do responsável pelo controle interno na data de expedição de ato concessório.	Caracter	200	Obrigatório

Estrutura ArquivoConcessao				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade
IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório
UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório

CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
TipoArquivo	<p>Tipo do conteúdo do arquivo PDF encaminhado.</p> <p>É obrigatório o envio da estrutura ArquivoConcessao com TipoArquivo igual a 1 quando FormaObtencaoBeneficio igual a 1, 4, 7 ou 15.</p> <p>O Laudo médico deve conter data da expedição, CID, CRM, assinatura da junta médica ou médico perito, a indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais, e caso FormaObtencaoBeneficio igual a 7 (Aposentadoria voluntária especial - pessoa com deficiência), deve conter o grau da deficiência.</p> <p>É obrigatório o envio da estrutura ArquivoConcessao com TipoArquivo igual a 4, 5 e 6 quando FormaObtencaoBeneficio igual a 6 (Aposentadoria voluntária especial - exposição a agentes nocivos)</p>	Inteiro	1	<p>Obrigatório,</p> <p>1 - Laudo médico oficial</p> <p>2 - Ato concessório do benefício</p> <p>3 - CTC - Certidão de Tempo de Contribuição</p> <p>4 - LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho</p> <p>5 - PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário</p> <p>6 - Parecer médico</p>
NomeArquivo	Nome do arquivo.	Caracter	50	Obrigatório

Estrutura TempoContribuicao				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade
IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório
UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório

DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
CNPJInstitutoPrevidencia	<p>CNPJ do instituto de previdência emissor da Certidão de Tempo de Contribuição.</p> <p>A Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) é o documento emitido pelo instituto de previdência atestando o tempo de contribuição previdenciária, com a finalidade de averbação em outro regime de previdência, possibilitando a transferência do tempo de contribuição entre regimes previdenciários.</p> <p>São exemplos: - Transferência entre RGPS e RPPS: servidor contribuiu com o INSS antes de prestar concurso e assumir cargo público estadual, onde buscou a aposentadoria.</p>	Caracter	14	Obrigatório

	- Transferência entre RGPS e mais de um RPPS: servidor contribuiu para o INSS, por concurso se tornou servidor público municipal com regime próprio de previdência, e, posteriormente, também por concurso, passou a atuar no serviço público estadual, onde buscou a aposentadoria.			
NomeInstitutoPrevidencia	Nome do instituto de previdência emissor da Certidão de Tempo de Contribuição.	Caracter	200	Obrigatório
TempoContribuicaoDias	Tempo em dias de contribuição no instituto de CNPJInstituto. No instituto onde ocorreu a concessão do benefício o TempoContribuicao deve ser calculado até a véspera da DataConcessaoBeneficio.	Inteiro	6	Obrigatório
DataEmissaoCertidao	Data de emissão da Certidão de Tempo de Contribuição.	Data	10	Obrigatório
CompensacaoFinanceiraPrevidenciaria	Há previsão de compensação financeira entre os regimes previdenciários representados pelo instituto emissor da CTC e pelo instituto onde ocorreu a concessão do benefício?	Inteiro	1	Obrigatório, 1 - Sim 2 - Não

Estrutura DecisaoJudicial				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade
IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório

UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
NúmeroDecisaoJudicial	Número da decisão judicial.	Caracter	25	Obrigatório
AnoDecisaoJudicial	Ano da decisão judicial.	Inteiro	4	Obrigatório, AAAA
OrgaoEmissor	Órgão ou entidade que prolatou a decisão.	Caracter	200	Obrigatório
DataEmissao	Data de emissão da decisão judicial.	Data	10	Obrigatório
DataTransitoEmJulgado	Data do transito em julgado da decisão judicial.	Data	10	Obrigatório
ResumoDecisaoJudicial	Resumo da decisão judicial.	Caracter	4000	Obrigatório

Estrutura VantagemIncorporavel				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade

IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório
UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoVantagem	<p>Código da vantagem incorporável.</p> <p>Quando a DataConcessaoBeneficio não coincidir com o último dia do mês, devem ser informadas as vantagens pagas ao beneficiário no mês anterior ao mês referente à DataConcessaoBeneficio.</p> <p>Caso a DataConcessaoBeneficio coincida com o último dia do mês, devem ser informadas as vantagens pagas no mês da DataConcessaoBeneficio.</p>	Caracter	6	<p>Obrigatório, dentre os valores listados abaixo, existentes na tabela TipoVantagemDesconto pertencente ao Anexo V da IN 68/2020:</p> <p>100001 - vencimento base / salário 100012 - gratificação risco de vida 100121 - gratificação produtividade 100122 - gratificação assiduidade 100500 - incorporações 161001 - subsídios 161206 - adicional por tempo de serviço 100002 - soldo 261805 - auxilio moradia</p>

DataInicioVantagem	<p>Data de início da concessão da vantagem.</p> <p>Exemplos: - para a vantagem 'Vencimento base/salário' a DataInicioVantagem deve ser a data do exercício (DataInicioCargo). - para a vantagem 'Subsídio' a DataInicioVantagem deve ser a data do exercício ou a data a partir da qual se deu a opção pelo subsídio. - para a vantagem 'Adicional por tempo de serviço' deve ser a primeira data em que completou o tempo de serviço que deu direito ao primeiro recebimento da vantagem.</p>	Data	10	Obrigatório
FundamentacaoLegal	<p>Fundamentação legal da vantagem.</p> <p>Deve adotar a mesma regra de redação descrita para o campo FundamentacaoLegalRequisitos.</p>	Caracter	200	Obrigatório
MesReferenciaPagamento	<p>Último mês de pagamento integral da vantagem.</p> <p>Deve ser o mês anterior ao mês referente à DataConcessaoBenefício quando esta <u>não</u> coincidir com o último dia do mês. Caso contrário deve ser o mês de referência da DataConcessaoBenefício.</p>	Inteiro	2	Obrigatório, MM

AnoReferenciaPagamento	Ano do último mês de pagamento integral da vantagem..	Inteiro	4	Obrigatório, AAAA
ValorVantagem	Valor da vantagem paga no MesReferenciaPagamento/AnoReferenciaPagamento. Os valores informados devem estar em conformidade com os valores informados na Remessa Folha de Pagamento da UnidadeGestoraOrigem no MesReferenciaPagamento/AnoReferenciaPagamento, encaminhada nos termos do Anexo V da IN 68/2020.	Decimal	14,2	Obrigatório

Estrutura JuntaMedica				
Campo	Descrição	Tipo	Tamanho	Obrigatoriedade
IdNumRegistro	Identificador sequencial dos registros enviados.	Inteiro	5	Obrigatório
UnidadeGestoraRPPS	Código no TCEES da unidade gestora RPPS na qual ocorreu a concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoRPPS	Código utilizado na UnidadeGestoraRPPS para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório
DataConcessaoBeneficio	Data a partir da qual ocorreu a concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
UnidadeGestoraOrigem	Código no TCEES da unidade gestora na qual o servidor estava vinculado e que deu origem à concessão do benefício.	Caracter	11	Obrigatório
CodigoCargoUGOrigem	Código utilizado na UnidadeGestoraOrigem para o cargo.	Caracter	16	Obrigatório

DataInicioCargo	Data de exercício no cargo que deu origem à concessão do benefício.	Data	10	Obrigatório
CPFBeneficiario	CPF do beneficiário.	Caracter	11	Obrigatório
CPFPerito	CPF do médico participante da junta médica que atestou a invalidez ou deficiência.	Caracter	11	Obrigatório
CRMPerito	CRM médico participante da junta médica que atestou a invalidez ou deficiência.	Caracter	30	Obrigatório
NomePerito	Nome do médico participante da junta médica que atestou a invalidez ou deficiência.	Caracter	200	Obrigatório

4 TABELAS AUXILIARES

4.1 Tabela TipoRegraConcessaoBeneficio

Descrição: Lista os tipos de regras de concessão, os requisitos mínimos para concessão e a forma de fixação dos proventos.

Campos equivalentes na tabela AposentadoriaReformaReserva											
CodigoRegraConcessao	FormaObtencaoBeneficio	FundamentacaoLegalRequisitos	TempoServicoPublico	TempoServicoCargo	TempoServicoCarreira	DataConcessaoBeneficio - DataNascimentoBeneficiario	TempoContribuicao	TempoAposentadoriaEspecial	FundamentacaoLegalProventos	FormaCalculoProventos	FormaLimitacaoProventos

Código	Forma de obtenção do benefício	REQUISITOS MÍNIMOS												FIXAÇÃO PROVENTOS		
		Fundamentação legal dos requisitos mínimos para concessão do benefício	Homem Tempo de efetivo exercício no serviço público	Mulher Tempo de efetivo exercício no serviço público	Homem Tempo no Cargo	Mulher Tempo no Cargo	Homem Tempo na Carreira	Mulher Tempo na Carreira	Homem Idade	Mulher Idade	Homem Tempo Contribuição	Mulher Tempo Contribuição	Homem Tempo Aposent. Especial	Mulher Tempo Aposent. Especial	Fundamentação legal para fixação dos proventos	Forma de cálculo dos proventos